

Educação pública ambiental

Categories : [Marc Dourojeanni](#)

No mundo todo tem mudado muito o nível de informação ao grande público sobre temas ambientais. Desde a quase completa ignorância sobre o tema, que dominou até a década de 1960, até a onipresença de informações ambientais dos dias atuais, o progresso tem sido enorme. Evidentemente, as conferências sobre meio ambiente e desenvolvimento de Estocolmo (1972) e Rio de Janeiro (1992) foram pedras fundamentais para a mobilização da imprensa e da opinião pública, mas seria um erro acreditar que a preocupação para motivar a imprensa a tratar mais e melhor os assuntos ambientais começou com esses eventos. Por exemplo, na segunda metade dos anos 60, a União Pan-americana (OEA) já tinha organizado uma série de eventos sobre natureza e imprensa, convidando os mais renomados jornalistas e diretores da imprensa escrita e falada a se juntar aos melhores cientistas da época para discutir como a imprensa poderia ajudar a transmitir a urgência dos problemas ambientais à população.

Mas, o que realmente movimentou e alertou a imprensa e também a opinião pública foi, na verdade, o medo. Medo de que “se termine o oxigênio”, que logo se transformou em medo das consequências do efeito estufa e, em especial, de se morrer afogado pelo aumento do nível dos mares. Medo da chuva ácida, medo de câncer provocado pelos buracos na camada de ozônio, medo de não dispor de remédios e outros benefícios que a biodiversidade pode providenciar, medo de que se acabem as florestas tropicais e em especial as da Amazônia, medo de não ter água, medo do envenenamento gradual e das enfermidades ocasionadas pela contaminação ambiental e, mais recentemente, o medo aos efeitos imaginários ou reais dos transgênicos. Devido a essas doses acumuladas de medo é que também os ambientalistas foram acusados de “eco-terroristas”, “eco-maníacos” e, inclusive, de “eco-fascistas” e de “Khmer-verdes” em alusão ao comportamento do tristemente famoso Khmer Vermelho no Camboja. No Brasil, os ambientalistas ficaram mais conhecidos como “eco-chatos”. Mas isso não importa, o que importa é que finalmente o tema ambiental teve acesso às manchetes no mundo, o que também está relacionado à globalização.

O interesse da população pelos temas ambientais é evidente e crescente e bem demonstrado por inúmeras pesquisas de opinião no mundo todo. No caso do Brasil, diversas pesquisas revelam o bom nível de preocupação pelo tema ambiental, embora se tenha constatado uma falta de informação mais precisa. Assim, em 1992, 78% dos entrevistados não conseguiram explicar o que é biodiversidade e 53% não sabiam o que é o efeito estufa. Só 11% dos entrevistados afirmaram se sentirem bem informados. Já em 1997, as pesquisas demonstraram maior preocupação por vários temas, por exemplo, a disposição para participar em programas de coleta seletiva do lixo, que passou nesse lapso de 59% a 72%. As pesquisas mais recentes revelam o apreço da população pelas atividades das organizações não governamentais no campo ambiental e até sua disposição para trabalhar para elas.

A preocupação por alguns temas, como a pelo desmatamento, tinha diminuído ligeiramente, de 46 a 45%; e no caso de outros, como a poluição de rios e praias, tinha diminuído muito, passando de 38 a apenas 26%. Isso confirma algo bem conhecido: a memória da opinião pública é curta e deve ser continuamente atualizada. Pesquisando os assuntos que se referem às Unidades de Conservação (UCs) no jornal *O Globo* do Rio de Janeiro entre janeiro de 1996 e outubro de 2000, se encontrou 229 matérias publicadas, das quais 38,4% eram sobre parques, 36,7% sobre reservas indígenas e 16,6% sobre reservas biológicas. É pouca coisa, apenas uma matéria cada 7,8 dias, assumindo que mais de uma não tenha sido publicada no mesmo dia, para um jornal que é reconhecidamente interessado na proteção da natureza. Pior ainda, a maior parte das notícias fez referência a desastres, como quando uma unidade de conservação pega fogo, ou quando garimpeiros e madeireiros invadem reservas indígenas. Quase não há referência, nos jornais, aos problemas de manejo ou às soluções dadas aos problemas publicados. O autor desse trabalho mencionou a aparição freqüente na imprensa paulista do ecologicamente insignificante Parque Municipal do Ibirapuera, quando essa mesma imprensa ignora os problemas do Parque Estadual da Serra da Cantareira, que se for mal manejado pode trazer consequências desastrosas para a cidade.

No caso do Brasil, é preciso mencionar o papel particular da televisão, em que os programas da Rede Globo e da Fundação Roberto Marinho, *Telescola*, *Globo Ecologia* e, muito especialmente, do *Globo Rural* (o melhor de todos) são exemplos de excelência educativa e informativa no setor de conservação e manejo dos recursos naturais. É uma pena que a alta qualidade desses programas não seja sempre reproduzida em outros programas da mesma Rede Globo e, muito menos ainda, em outros canais de televisão. Os graves erros cometidos na apresentação de temas ambientais, inclusive em programas como *Fantástico* e *Globo Repórter*, são uma indicação do baixo nível de informação e capacidade de interpretação dos responsáveis pelos programas. Aliás, na ocasião do nascimento do milésimo mico leão dourado em abril de 2001, a CNN cometeu os mesmos erros que a Globo, anunciando urbi et orbi que esse “é um macaco da Amazônia”. O problema é que esses programas, com sua grande audiência, deseducam ao invés de educar.

A informação pública deriva também da educação ambiental, pela qual muito tem sido feito em nível mundial. Um dos casos mais memoráveis de educação ambiental maciça foi desenvolvido no Chile, nos anos 1970, em que cerca de 11 mil professores e carabineiros (polícia) tiveram a oportunidade de seguir pela televisão, em horário nobre, um curso completo sobre ecologia e meio ambiente, com excelente manual e com provas finais. O programa *iTelescola* da Rede Globo pode ter-se inspirado nesse trabalho pioneiro e de alta qualidade. Um intento de replicar a experiência chilena, na Venezuela, teve menos sorte.

Em conclusão, existe progresso na educação pública ambiental em toda a América Latina e especialmente no Brasil, mas, ao mesmo tempo, é óbvio que o logrado até o presente ainda é muito insuficiente e pouco organizado. A formação ambiental deve, em princípio, ser escolarizada em todos os níveis da educação pública e isso implica em um esforço enorme para capacitar a todos os professores que, devem introduzir os conceitos ecológicos e ambientais em todas as

matéria e não exclusivamente numa matéria “ambiental”.